

## Relação Entre Custos Políticos, Escolhas Lingüísticas e a Gestão da Imagem Corporativa: o Caso da Aracruz Celulose S. A.

**Autoria:** Jusmeire Fieni Ribeiro, Marcelo Sanches Pagliarussi

### RESUMO

O presente trabalho analisou a existência de associação entre as escolhas lingüísticas e o gerenciamento de imagem nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos da Aracruz Celulose S.A. Sob a perspectiva da Gramática Funcional, investigou-se as mensagens da administração e os sumários executivos contidos nas seções narrativas dos relatórios anuais da Aracruz Celulose, de 1998 a 2006. O foco da análise foi a interpretação das funções sintático-semânticas, sob a perspectiva da Gramática Funcional, utilizadas na construção de sentido destes documentos. A escolha da empresa foi motivada pelo seu histórico de ganhos elevados e adoção por políticas voluntárias de divulgação financeira, além de custos políticos elevados relacionados a questões ambientais e a conflitos de demarcação de terras indígenas. Os resultados da investigação sugerem que a empresa tendeu a priorizar e a enfatizar sua identidade institucional ao intensificar, circunstanciar e reforçar suas atitudes, do que, apenas informar as suas realizações ou seus planos. A despeito do gerenciamento da imagem da empresa, no eixo temático das mensagens relacionadas aos conflitos com as comunidades indígenas, foi notória a intenção de expor o seu ponto de vista institucional, impondo ao leitor, seu modo particular de perceber os fatos.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a existência de associação entre as escolhas lingüísticas e o gerenciamento de imagem nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos da Aracruz Celulose S.A. Os documentos analisados consistem nas mensagens da administração e nos sumários executivos contidos nos relatórios anuais de 1998 a 2006.

No componente narrativo desses documentos, a empresa normalmente comenta seus resultados financeiros e discute suas iniciativas voltadas para o futuro. A seção narrativa dos relatórios anuais constitui então um espaço para a empresa expor sua perspectiva de sucesso ou falha em suas iniciativas, sinalizando ao mercado sobre a qualidade de sua gestão administrativa (THOMAS, 1997).

A construção de sentido nas seções narrativas dos relatórios anuais das empresas tem sido investigada inicialmente a partir de seu conteúdo temático, principalmente, sob o enfoque dos padrões de causalidade oportunistas e sob a hipótese de ofuscação (GIBBINS *et al.*, 1990; SMITH e TAFFLER, 1992a; THOMAS, 1997; AERTS, 1994, 2001, 2005; SYDSERFF e WEETMAN, 2002; RUTHERFORD, 2003; BALATA e BRETON, 2005). Contudo, em estudos anteriores sobre as divulgações corporativas, Verrecchia (2001) destaca que não existe uma teoria integralizada como modelo principal e interpreta o momento atual da literatura como um conjunto eclético de modelos altamente idiossincráticos.

As linhas de pesquisa que abordam o enfoque dos padrões de causalidade oportunistas, sugerem uma tendência das empresas a atribuir causas internas aos eventos positivos e causas factuais ou externas aos eventos negativos. Tal enfoque é caracterizado pela assimetria na distribuição da causalidade atribuída a determinados eventos (GIBBINS *et al.*, 1990; THOMAS, 1997; AERTS, 1994, 2001, 2005). Por outro lado, a hipótese de ofuscação sugere a existência de associação positiva, entre o desempenho financeiro negativo e a clareza e legibilidade das seções narrativas dos relatórios anuais (SMITH e TAFFLER, 1992a; SYDSERFF e WEETMAN, 2002; RUTHERFORD, 2003; BALATA e BRETON, 2005).

Este estudo adicionou a hipótese dos custos políticos à discussão da qualidade do *disclosure* nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos de uma empresa lucrativa e

com custos políticos potencialmente elevados. Os custos políticos têm sido definidos como decorrentes de aspectos contratuais e de *lobbies*, e são provenientes da regulação do Estado para as atividades da firma (WATTS e ZIMMERMAN, 1978).

Segundo Watts e Zimmerman (1978), as empresas lucrativas e de setores sensíveis a pressões políticas, como as relacionadas a questões sócio-ambientais, teriam motivação para escolher uma metodologia de divulgação financeira que reduzisse sua exposição pública. A inserção do mercado de capitais no contexto de externalidades políticas e de regulação do Estado é trazida no trabalho de Gibbins *et al.*, (1990). Os autores se propõem a explicar as escolhas relacionadas à divulgação de informações financeiras em função de aspectos ritualísticos e oportunistas. O primeiro aspecto resulta de uma aceitação aparentemente inquestionável de regras e normas, e o segundo de uma propensão em procurar vantagens específicas com a forma e interpretação das divulgações corporativas.

Aerts (1994, 2001 e 2005) explora essas proposições, investigando o impacto de fatores organizacionais como a exposição pública, os resultados no curto e no longo prazo e o uso da lógica da Contabilidade como suporte argumentativo. Em uma abordagem diferente, Thomas (1997) investiga a estrutura lingüística dos relatórios anuais corporativos sob a perspectiva da gramática funcional de Halliday (1976, 1978, 1985a, 1985b). A autora faz uma análise da estrutura gramatical das cartas aos acionistas, contida nos relatórios da administração de uma empresa, em um período de quatro anos que começa com prosperidade e termina com perdas severas.

O presente estudo vai ao encontro dessa última abordagem como um caminho para investigar aspectos relacionados aos custos políticos sob a perspectiva da gramática funcional. A proposta foi aplicada na análise das seções narrativas apresentadas nos relatórios anuais da Aracruz Celulose, de 1997 a 2006. A escolha da empresa foi motivada pelo seu histórico de ganhos elevados e adoção de políticas voluntárias de divulgação financeira, além de seus custos políticos potencialmente elevados devido a questões ambientais e a conflitos de demarcação de terras indígenas.

O foco da análise foi a interpretação das funções sintático-semânticas utilizadas na construção de sentido destes documentos. A escolha pelo arcabouço teórico da gramática funcional buscou contribuir para o entendimento do papel da Contabilidade como linguagem estratégica de comunicação corporativa, na 'construção de sentido' da realidade da empresa e na formação das expectativas de seus agentes econômicos.

Procurou-se também aprofundar a discussão sobre a intensidade e o tipo de custos políticos incorridos pela empresa escolhida, com o objetivo de compreender melhor tais custos, além de trazê-los para a discussão do *disclosure* voluntário. Dada a relevância do tema em países desenvolvidos, procurou-se preencher a lacuna existente no Brasil de estudos semelhantes, colaborando para a discussão sobre o tema no contexto nacional.

Antes de proceder às análises lingüísticas sob a perspectiva sistêmico-funcional, fez-se, no capítulo 2, uma revisão teórica sobre os custos políticos e o gerenciamento de imagem. Na seqüência, capítulo 3 apresentou os princípios da Gramática Sistêmico-Funcional, que constitui o referencial teórico da pesquisa e a metodologia de pesquisa foi descrita no capítulo 4. Seguem o capítulo 5 apresentando uma análise e discussão a despeito da empresa analisada e seu contexto de custos políticos, em seqüência, as ocorrências coletadas e analisadas, respectivamente, nas metafunções textual, ideacional e interpessoal. E o capítulo 6 conclui o trabalho ao apresentar as considerações finais e limitações da pesquisa.

## 2 OS CUSTOS POLÍTICOS E O GERENCIAMENTO DE IMAGEM

A hipótese dos custos políticos de Watts e Zimmerman (1978) presume que grandes empresas inseridas em setores sensíveis a questões políticas tais como, a indústria farmacêutica, o setor de serviços públicos, o setor florestal e a indústria de petróleo e gás,

estão sujeitas a custos políticos potencialmente elevados, relacionados à evidenciação de ganhos elevados. Watts e Zimmerman (1978) definem esses custos políticos como decorrentes de aspectos contratuais e de *lobbies*, e provenientes da regulação do Estado para as atividades da firma.

Watts e Zimmerman (1978) presumem que órgãos públicos reguladores utilizem as informações financeiras divulgadas pela empresa para determinarem se estas obtiveram resultados excessivos. Os autores também assumem que o tamanho das firmas está altamente relacionado a potenciais custos políticos. Contudo, evidências contrárias a hipótese dos custos políticos têm sido discutidas por alguns pesquisadores (BALL e FOSTER, 1982; CAHAN, 1992). Segundo estes autores as *proxies* utilizadas na mensuração dos custos políticos, ignoram aspectos relevantes relacionados aos processos políticos, tais como: decisões políticas de maximização de votos, número de eleitores, fundos políticos providos pela firma e percentual de tributação da firma.

Cahan (1992) argumenta que os custos políticos são de difícil quantificação no curto prazo, mesmo selecionando firmas com propensão a ações políticas adversas. Essa dificuldade em encontrar uma medida capaz de testar empiricamente a hipótese dos custos políticos tem gerado diferentes propostas de medidas, embora o tamanho da empresa continue sendo a *proxy* mais utilizada para refletir a sensibilidade política da empresa e os custos que daí resultam (CAHAN, 1992).

A *proxi tamanho de firma* utilizada para mensurar os custos políticos, foi justificada a partir dos estudos de Watts e Zimmerman (1990). Estes estudos mostraram que as grandes empresas têm um maior incentivo para minimizar ou atenuar seus resultados relatados do que as pequenas empresas. Os autores assumem que as empresas de maior dimensão atraem uma maior visibilidade política dos órgãos públicos reguladores e, como tal, são motivadas a evitar ou a reduzir os custos políticos esperados de uma potencial intervenção externa.

Watts e Zimmerman (1978) também argumentam a existência de uma associação entre os custos políticos e o poder de mercado detido pela empresa. Conforme os autores, para evitar que o governo ou o público em geral associem os elevados lucros da empresa às rendas de monopólio, esta tenderia a escolher metodologias de divulgação que reduzissem sua exposição pública. Exemplos de metodologias inseridas nesta lógica são as campanhas de responsabilidade social na mídia, a adoção de estratégias de *lobby* ou os procedimentos contábeis que minimizem seus lucros relatados (WATTS e ZIMMERMAN, 1990).

Fatores como impostos, regulamentos, políticas de compensação gerencial, custos contábeis e custos políticos esperados podem levar a firma a escolher uma metodologia de divulgação que reduza sua exposição pública ou visibilidade política. Além de favorecer suas relações com fornecedores, clientes, empregados ou órgãos governamentais. (WATTS e ZIMMERMAN, 1978).

Sob uma abordagem diferente, Gibbins *et al.*, (1990) adicionam o contexto de tais externalidades políticas ao mercado de capitais, na discussão de viés do *disclosure* das empresas. Os autores propõem uma explicação teórica para explicar as políticas de divulgação corporativa. Seus resultados sugerem que a dependência do mercado de capitais induz à escolha de estratégias gerenciais, que variam do oportunismo ativo ao ritualismo passivo, ambas, relativamente, constantes ao longo do tempo.

Segundo Gibbins *et al.*, (1990) o oportunismo é uma propensão da firma em procurar vantagens específicas com a forma e interpretação das divulgações corporativas. Em contraste, o ritualismo é a predisposição da firma em adotar normas e procedimentos burocratizados, para divulgar seus informes financeiros resultando em uma aceitação aparentemente inquestionável, quase automática de regras e normas. Os autores argumentam que a propensão das firmas em divulgar suas informações relevantes, ocorre em função de

suas escolhas pela forma de divulgação, da existência de estruturas internas e externas para lidar com a divulgação, a presença de auditores, consultores e outros mediadores externos.

Gibbins *et al* (1990) destacam que fatores institucionais internos e externos tais como, legislação, tamanho da firma, regulação do mercado por órgãos públicos, sindicatos, posicionamento estratégico da firma ou normas aplicadas ao setor, podem afetar as percepções públicas da firma que, por sua vez, podem gerar potenciais intervenções políticas de órgãos reguladores. Donde a interação entre esses fatores pode afetar na transparência dos relatórios corporativos e induzir às escolhas de modos de divulgação oportunistas.

Aerts (1994, 2001 e 2005) explora as proposições de Gibbins *et al.*, (1990) envolvendo padrões de atribuição oportunistas nos relatórios anuais. Em uma pesquisa com 50 companhias belgas examina a existência de viés nas seções narrativas dos relatórios anuais no ano de 1983, sob a perspectiva do gerenciamento de imagem corporativo. O autor investiga o impacto de fatores organizacionais como: a exposição pública, os resultados no curto e no longo prazo, no uso da Contabilidade como linguagem argumentativa.

Segundo Aerts (1994) a linguagem contábil utilizada nas seções narrativas dos relatórios anuais tem a propriedade de implicar, por parte de sua própria lógica de atribuição causal, na pressuposição de que os fatos, eventos e ações expressos nesses documentos sejam verdadeiros e categóricos. O autor ressalta que a linguagem contábil possui aspectos pragmáticos, como racionalidade, objetividade e neutralidade, que impõem uma autoridade institucional legitimadora nas explanações das ações, eventos e resultados da firma.

Aerts (1994) revela em suas análises uma tendência maior das firmas com resultados no curto prazo, em usar uma argumentação contábil de caráter tautológica e mais técnica, na tentativa de justificar e explicar resultados negativos. Por outro lado, quando os resultados no curto prazo são positivos, as narrativas são menos técnicas e atribuem às causas dos ganhos, fatores internos ou externos, não relacionados a efeitos contábeis.

Aerts (2001) ao acrescentar uma perspectiva de longo prazo aos seus estudos anteriores verifica que as empresas com resultados financeiros estáveis no longo prazo, apresentam as estruturas de suas narrativas contábeis muito similares ano após ano. O autor sugere que essa característica no comportamento verbal das seções narrativas dos relatórios anuais revela a motivação da firma em sinalizar uma reputação positiva e estável ao público. Aerts (2001) argumenta que a evidenciação de mudanças e instabilidades nas atividades da empresa poderia expor a empresa a questionamentos sobre a legitimidade de suas ações.

A interpretação a respeito da correlação positiva entre o desempenho financeiro e a clareza dos textos apresentados nos relatórios anuais tem suporte nas proposições da teoria da agência e da teoria da sinalização de mercado (SMITH e TAFFLER, 1992a). A teoria da agência, explica que, os gerentes podem desejar divulgar as informações financeiras para realçar o valor da firma. Ou ainda proteger a informação dos proprietários a fim de explorar suas vantagens econômicas potenciais, uma vez que, sua remuneração está relacionada ao sucesso ou fracasso da companhia (DYE, 1985; VERRECCHIA, 1983).

Por outro lado, a teoria da sinalização de mercado permite inferir que os investidores se comportam como se o resultado contábil da empresa fornecesse informações sobre o valor econômico da firma, daí, as empresas com melhor desempenho financeiro escolherem modos de divulgação que sinalizem com clareza suas boas notícias. (SMITH e TAFFLER, 1992a; BEAVER, 1998). Bushman e Smith (2001) sugerem que as empresas que divulgam suas notícias com maior legibilidade e transparência são mais bem avaliadas pelo mercado.

Thomas (1997) investiga as diferenças entre as “boas notícias” e “más notícias” comunicadas nos relatórios anuais por meio das mensagens dos gerentes aos acionistas. A autora faz uma análise da estrutura léxico-gramatical das cartas dos gerentes aos acionistas nos relatórios anuais da companhia Cross & Treckers, no período de 1984 a 1988, que começou com prosperidade e terminou com perdas severas. Sua investigação sugere que em

geral, a empresa divulga seus relatórios anuais positivamente, embora seu lucro venha a diminuir.

Os estudos de Thomas (1990) se fundamentaram na gramática sistêmico-funcional de Halliday (1976, 1978, 1985a, 1985b) para tentar estabelecer uma correlação entre o desempenho e as características do discurso apresentado nos relatórios anuais da empresa investigada. Segundo a autora, conforme a estrutura textual dessas mensagens se tornava mais negativa, as escolhas lingüísticas tendiam a dar menos referência à empresa. O uso freqüente de construções verbais na voz passiva indicava essa tentativa, por parte da empresa, de relacionar a queda dos lucros a fatores externos circunstanciais (THOMAS, 1990).

### 3 ESCOLHAS LINGÜÍSTICAS E GRAMÁTICA FUNCIONAL

A gramática funcional desenvolvida por Halliday (1967-1968, 1973) assenta seus construtos numa base sistêmica e paradigmática, na qual o enunciado faz parte das escolhas que o falante faz quando compõe para um propósito específico, com elas produzindo significado. A Gramática Funcional permite, portanto, a investigação das escolhas entre alternativas que geraram as estruturas lingüísticas, além do contexto social e cultural específico (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004).

A gramática funcional tem como principal eixo de análise os itens multifuncionais do texto, utilizados em sua construção de sentido. Assim, tem cada parte interpretada como funcional em relação ao todo. A partir dessa premissa, a gramática funcional propõe uma linguagem funcionalmente organizada mediante três metafunções: ideacional, interpessoal e textual, configuradas em um sistema de transitividade. Neste sistema constituído por processos, participantes e circunstâncias, as ações e atividades humanas retratadas dentro de uma realidade situacional, estão sendo expressas através do discurso

Com relação às metafunções, a ideacional segundo Halliday (1985) representa o componente principal do significado do sistema de transitividade, pois interpreta a realidade retratada através do exame a nível das escolhas dos interlocutores, isto é, a escolha do processo, a seleção dos participantes e a seleção das circunstâncias. Os participantes são os substantivos e pronomes pessoais e os processos são os verbos, que podem ser classificados em materiais, mentais, relacionais, verbais, existenciais e comportamentais. A tabela 1 a seguir sistematiza os tipos de processo, a significação de cada um e os participantes a eles associados:

**TABELA 1 - PROCESSOS, SIGNIFICADOS E PARTICIPANTES**

Processos	Significado	Participantes obrigatórios	Participantes opcionais
Material	Fazendo - o mundo físico	Ator	Meta, extensão e beneficiário
Mental	Sentindo - o mundo da consciência	Experimentador, fenômeno	-
Relacional	sendo/estando - as relações abstratas	Portador e atributo Característica e valor	-
Verbal	Dizer	Dizente e verbiagem	receptor
Existencial	Existir, haver	Existente	-
Comportamental	Comportar-se	Comportante	Behavior (não traduzido pela gramática funcional em Português).

Fonte: Cunha e Souza (2007).

Em relação às circunstâncias, realizadas por grupos adverbiais ou frases preposicionais podem ser: de extensão; de duração espacial; de distância temporal; de causa;

de localização; de tempo; de lugar; de modo; de papel e de acompanhamento (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004).

A função interpessoal, por sua vez, examina o sistema de transitividade do ponto de vista do teor do discurso para entender sua influência sobre os outros. As análises ocorrem mediante os elementos de modo, a saber: indicativo, imperativo e estruturas interrogativas, subjuntivo, auxiliares modais ou elementos modalizadores. O modo permite a configuração da oração em termos de polaridade ou escolha entre negativo e positivo; referência de tempo no evento da fala e referência ao julgamento do falante através dos elementos modalizadores (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004).

Já a função textual ou ‘modo’ do discurso, está ligada à organização do texto por meio do sistema temático e mecanismos de coesão. A coesão é uma relação semântica que se refere à interpretação de um item em dependência de um outro que se integra o mesmo texto. O tema e a construção do sentido das estruturas frasais são analisados por suas relações sintático-semânticas, ou seja, dentro do enunciado; entre enunciado e situação, que codificam a mensagem do discurso (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004).

Segundo Halliday e Matthiessen (2004) a oração é organizada através do tema, normalmente o primeiro elemento na oração e ponto de partida da mensagem. A segunda parte da oração é o rema, ou onde o tema é desenvolvido. O tema de uma oração pode ser um *participante*, um *processo* ou uma *circunstância*, contanto que este esteja em primeira posição na oração.

#### 4 METODOLOGIA

As seções narrativas apresentadas nos relatórios anuais corporativos incluem os seguintes itens: (i) mensagem da administração; (ii) sumário executivo, que inclui os tópicos “criação de valor”, “satisfação do cliente”; “processos internos” e “aprendizado e desenvolvimento”; (iii) relatório social e ambiental e; (iv) informações financeiras.

O foco da análise foi a interpretação das funções sintático-semânticas dos sumários executivos e das mensagens da administração contidos nas seções narrativas dos relatórios anuais da Aracruz Celulose, compreendidos no período de 1997 a 2006.

A escolha da empresa e seleção do período foi motivada pelos seguintes fatores: (1) histórico de ganhos elevados; (2) adoção por políticas voluntárias de divulgação financeira; (3) custos políticos potencialmente altos relacionados a questões ambientais e a conflitos de demarcação de terras indígenas. O método de estudo de caso foi escolhido a fim de dar uma maior validade interna a este presente estudo, cujo caráter exploratório é o de entender como o fenômeno das escolhas lingüísticas ocorreu ao longo do tempo na Aracruz Celulose, dados os seus elevados custos políticos.

As análises foram feitas segundo as metafunções da gramática funcional: (a) Função ideacional, que analisou o sistema de transitividade verbal; (b) Função interpessoal, que analisou o sistema de modos ou tempo verbal e dos seus elementos modalizantes. (c) Função textual, que analisou a semântica vocabular, a sintaxe e a coesão.

Nos textos analisados buscou-se observar padrões para as etapas do documento, ou seja, introdução, desenvolvimento ou justificativa e conclusão. Inclusive se havia regularidade quanto aos aspectos gráficos como: tipo de fonte ou formatação de parágrafos e também a existência de recursos de modalidade. Na ausência de um *software* específico de análise lingüística, todas as análises foram feitas manualmente sob o apoio dos procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental.

Foi feito um levantamento desses recursos de modalização e de modulação empregados em cada etapa de desenvolvimento dos documentos analisados. Para efeitos de apreensão das unidades de análise, considerou-se como oração, qualquer estrutura provida de verbo, mesmo que só esse elemento apareça. As análises lingüísticas foram feitas por meio de observação, leitura detalhada, inspeção manual dos textos.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO

### 5.1 Breve histórico da Aracruz Celulose

A Aracruz Celulose detém a liderança mundial na produção de celulose de fibra curta de mercado, respondendo por 28% da oferta global do produto que é destinado à fabricação de papéis de imprimir e escrever, papéis sanitários e papéis especiais de alto valor agregado.

O controle acionário da Aracruz é exercido pelos grupos Safra, Lorentzen e Votorantim com 28% do capital votante e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que é detido pelo Governo Federal com 12,5%.

As ações preferenciais da empresa são negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri. A empresa é orientada para exportação, tendo 98% da sua produção destinada ao mercado externo. A empresa desenvolve suas operações florestais no estado do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, ocupando aproximadamente 279 mil hectares (ARACRUZ, 2006).

### 5.2 A Aracruz e os seus custos políticos

O setor de papel e celulose brasileiro, em que a empresa atua, está sujeito a normas ambientais rigorosas, de abrangência nacional, estadual e local, além do monitoramento da sociedade quanto à adequação de suas atividades ou produtos (ARACRUZ, 2003). A fim de evitar futuros questionamentos sobre suas atividades, a partir do relatório anual de 1999 observou-se mudanças mais significativas em relação aos temas abordados pela companhia em seus relatórios. A implementação de campanhas institucionais e convocações de audiências públicas com grupos de interesse passaram a fazer parte da rotina da empresa.

Ao contemplar uma nova seção sobre governança corporativa em seu relatório anual de 2002, observou-se uma nítida mudança em suas políticas de conduta que passam a expor termos como “relacionamento ético e transparente com as partes interessadas”, para demonstrar o interesse da empresa em ser reconhecida como uma organização socialmente responsável.

A empresa incorpora estratégias sócio-ambientais em sua estrutura de governança, visando gerar uma reputação positiva ao mercado e à comunidade capixaba (MMA, 2005). Entretanto, o agravante dos conflitos sócio-ambientais com a comunidade indígena Tupiniquim e Guarani já havia afetado sua visibilidade pública e, em consequência aumentado os seus custos políticos.

O agravante dos conflitos sócio-ambientais se iniciou a partir da reforma constitucional brasileira de 1988, que passou a garantir às comunidades indígenas e quilombolas o direito as suas terras tradicionais (MMA, 2005). Assim, em janeiro de 1997, a Fundação Nacional do Índio (“FUNAI”), órgão do governo brasileiro, instaura um processo administrativo para forçar a empresa a ceder 13.000 hectares de suas propriedades para ampliar as reservas indígenas vizinhas, abrangendo as comunidades indígenas Pau Brasil, Caieiras Velhas e Comboios (ARACRUZ, 1998).

Já em março de 1998, o Ministério da Justiça pública as Portarias de nº 193, 194 e 195, que prevêm unicamente a ampliação da reserva indígena em 2.571 hectares de terra pertencente à companhia. Em abril e em junho do mesmo ano, a empresa assina dois Termos de Acordo com as comunidades indígenas de Pau Brasil, Caieiras Velhas e Comboios. Neste acordo se compromete a realizar um programa de assistência financeira para projetos sociais, agrícolas, educacionais, de abrigo e saúde, no valor aproximado de R\$13.5 milhões (US\$5.7

milhões, no dia 31 de dezembro de 2005) durante o prazo de 20 anos (ARACRUZ, 1999).

Quanto ao relacionamento entre a Aracruz Celulose e a Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, os custos políticos também são significativos. Esta última criou em 13 de março de 2002, uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a legalidade das licenças e do processo de aquisição das propriedades da empresa, desde que começou a operar no Espírito Santo. Entretanto, como as investigações não foram concluídas dentro do prazo legal exigido, a comissão foi encerrada sem emitir um relatório definitivo (ARACRUZ, 2003).

Já em maio de 2003, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados criou um Grupo de Trabalho para investigar supostas violações a direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais nas plantações de eucalipto no Estado do Espírito Santo. Dentre outros assuntos, algumas denúncias contra a Aracruz foram investigadas. Representantes da Aracruz participaram de uma audiência pública e apresentaram à Comissão, documentação a fim de comprovar a improcedência das denúncias (ARACRUZ, 2004).

Apesar dos Termos de Acordo estarem em vigor, no dia 17 de maio de 2005, índios do estado do Espírito Santo invadem as áreas de propriedade da empresa, realizando corte e expropriação de árvores que ainda estavam em fase de crescimento. Em outubro de 2005 também invadem as instalações industriais da companhia, onde permanecem durante quase vinte e quatro horas. Mesmo obtendo medidas cautelares de reintegração de posse das áreas invadidas, em 31 de maio de 2006, os índios ainda continuaram ocupando aproximadamente 11.000 hectares de terras.

Até 31 de dezembro de 2005, enquanto os Termos de Acordo estavam sendo cumprida, a companhia havia doado às Associações Indígenas aproximadamente R\$ 9,8 milhões – equivalentes a US\$ 4,4 milhões (R\$ 8,8 milhões – equivalentes a US\$ 4,0 milhões até 31 de dezembro de 2004).

No dia 13 de abril de 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (“INCRA”), publicou um edital informando que o Relatório de Identificação Técnica emitido por uma comissão, organizada pelo INCRA em abril de 2005, concluiu que aproximadamente 9.500 hectares de terras localizadas no município de Conceição da Barra, estado do Espírito Santo, são considerados território da Comunidade Quilombola de Linharinho.

Dessa área total, aproximadamente 8.500 hectares são de legítima propriedade e posse da Companhia (ARACRUZ, 2006). Contudo, a empresa deverá incorrer em outros elevados custos políticos até contestar este relatório em questão.

### 5.3 Análise das metafunções lingüísticas

Os documentos coletados nos períodos de 1998 a 2006 foram caracterizados pelo estilo narrativo que favoreceu o encadeamento dos eventos, ações e conceitos ocorrido neste contexto temporal. A encenação dinâmica e ativa foi resultante da predominância de sentenças transitivas envolvendo os processos materiais, que em todos os períodos foi notória, em relação aos processos relacionais. A tabela 2, a seguir, descreve os principais processos observados nos sumários executivos e nas mensagens da administração:

**TABELA 2 – PROCESSOS REALIZADOS PELOS VERBOS**

Ano	Materiais	Relacionais
1998	75,8%	24,2%
1999	80,8%	19,2%
2000	73,6%	26,4%
2001	75,6%	24,5%
2002	77,3%	22,7%
2003	82,2%	17,8%
2004	87,4%	12,6%



2005	77,6%	22,3%
2006	74,4%	25,6%

Fonte: Relatórios anuais da Aracruz Celulose (1997 a 2006).

Nota: Dados adaptados pelos autores

Esse tipo de processo observado com maior frequência transmitiu a idéia de ação e acontecimento ou o fazer e o agir da empresa. Em menor frequência, observou-se o uso dos processos relacionais na caracterização do eixo temático dos conflitos com as comunidades indígenas sugerindo a sua intenção de expor o seu modo particular de perceber os fatos.

O comprometimento com a validade de suas opiniões propostas foi evidenciado por orações declarativas e por verbos no modo indicativo com elementos de modalização. O uso de orações declarativas enfatizou o caráter informativo dos relatórios anuais, uma vez que a escolha por esse tipo de oração é coerente com esse tipo de texto.

O tempo verbal mais freqüente foi o presente no modo indicativo, utilizados geralmente no sentido de validar as informações como verdades irrefutáveis, construindo assim uma imagem de engajamento e comprometimento, de forma categórica. Quanto aos elementos de modalização, adjetivos, conectivos e pronomes tabela 3, a seguir, descreve os principais elementos observados nas seções narrativas dos relatórios anuais analisados:

**TABELA 3 – FREQUÊNCIA DE MODALIZAÇÕES, ADJETIVOS, CONECTIVOS E PRONOMES (%)**

Modalizações	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Tempo	10%	18,2%	11,3%	22,4%	18,2%	19,6%	22%	20%	12%
Modo	36,7%	36,4%	28,3%	31,3%	21,2%	25,5%	36,6%	34%	24%
Intensidade	46,7%	43,2%	41,5%	38,8%	54,5%	52,9%	36,6%	32%	40%
Lugar	-	-	3,8%	-	3%	-	4,9%	2%	6%
Negação	3,3%	2,3%	9,4%	7,5%	-	-	-	10%	16%
Afirmação	3,3%	-	5,7%	2,3%	3%	2%	-	-	2%
Dúvida	-	-	-	-	-	-	-	2%	-
<b>Adjetivos</b>									
subjetivos	35,4%	43,5%	36,8%	32,2%	31%	29,8%	33,5%	28,1%	20,3%
objetivos	30,9%	32%	37,7%	35,1%	33,8%	36,7%	32,5%	30,5%	31%
numéricos	33,7%	24,5%	25,5%	32,6%	35,2%	33,5%	34%	41,3%	48,7%
<b>Conectivos</b>									
condição	1,4%	5,1%	1,2%	1,8%	3,4%	3,7%	2,3%	2,5%	3,1%
adição	87,0%	83,1%	88%	81,3%	86,4%	86,6%	92%	91,4%	82%
disjunção	5,8%	-	1,2%	-	-	2,4%	-	-	2,3%
tempo	-	1,7%	2,4%	4,5%	1,7%	2,4%	-	-	-
lugar	-	1,7%	3,6%	2,7%	5,1%	1,2%	-	-	1,6%
comparação	2,9%	6,8%	1,2%	5,4%	1,7%	1,2%	4,5%	-	7%
oposição	1,4%	-	1,2%	3,6%	-	-	1,1%	-	0,8%
causa	1,4%	1,7%	1,2%	0,9%	1,7%	1,2%	-	4,9%	1,6%
finalidade	-	-	-	2,4%	1,7%	1,2%	-	1,2%	1,6%
<b>Pronomes pessoais</b>									
1ª pessoa-singular	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2ª pessoa-singular	-	-	-	-	-	-	-	5,6%	-
3ª pessoa-singular	39,1%	48%	40,6%	36,2%	36,8%	50%	45,2%	22,2%	60%
1ª pessoa-plural	4,3%	4,1%	12,5%	2,1%	21,1%	9,4%	12,9%	22,4%	-
3ª pessoa-plural	30,4%	32%	12,5%	8,5%	15,8%	25%	16,1%	16,7	22,9%
“obliquo “-se”	21,75%	8%	15,6%	34%	10,5%	15,6%	9,7%	22,2%	8,6%

Fonte: Relatórios anuais da Aracruz Celulose (1998 a 2006)

Nota: Dados adaptados pelos autores.

A representação da empresa pela primeira pessoa do plural construiu na mente do leitor, a idéia de que muitas pessoas compartilham de sua mesma opinião, o que aumenta a força de persuasão de seus argumentos. O participante principal é sempre a própria empresa

sob a voz ativa. Contudo, no contexto temático referente às questões sócio-ambientais, foi observado o uso da terceira pessoa do singular em lugar da primeira, sob a voz passiva. Deixando de tomar para si, a responsabilidade pelo que está sendo dito, a empresa passa de sujeito e agente principal dos fatos para objeto paciente e alvo dos processos materiais realizados por esses conflitos.

A maior frequência dos advérbios de modo e de intensidade indicou a tendência da empresa de intensificar, circunstanciar e reforçar suas atitudes, do que, necessariamente, apenas informar as suas realizações ou seus planos. Os elementos coesivos mais evidentes foram observados no uso frequente da conjunção “e”, caracterizando a forma coordenada e encadeada com que os fatos foram narrados. Os textos também apresentaram fatores de coerência, aceitabilidade, informatividade, situacionalidade e intertextualidade (MEURER e MOTTA-ROTH, 2007).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse estudo foi analisar a relação entre as escolhas lingüísticas, os custos políticos e o gerenciamento de imagem nas seções narrativas dos relatórios anuais corporativos da Aracruz Celulose, segundo às metafunções da gramática funcional.

Como contribuição na direção de tê-lo alcançado os resultados da investigação indicam que a empresa tende a priorizar e a enfatizar sua identidade institucional ao intensificar, circunstanciar e reforçar suas atitudes, do que, apenas informar as suas realizações ou seus planos.

A despeito do gerenciamento da imagem da empresa, no eixo temático das mensagens relacionadas aos conflitos com as comunidades indígenas, foi notória a intenção de expor o seu ponto de vista institucional, impondo ao leitor, seu modo particular de perceber os fatos.

O método utilizado nessa pesquisa apresenta algumas limitações: a) as funções lingüísticas identificadas não constituem todas as possibilidades; b) dado que a investigação foi feita com apenas uma empresa, os resultados obtidos são específicos da firma estudada, ou seja, não podem servir de inferência para todas as empresas do setor.

Com foco nessas limitações e na contribuição em torno do objetivo aqui abordado, cabe propor que estudos posteriores busquem identificar outras funções lingüísticas nas narrativas, em períodos superiores aos adotados neste estudo. Tais alternativas permitiriam que estudos futuros oferecessem contribuições adicionais a respeito da relação entre o uso de recursos lingüísticos nos relatórios anuais e os custos políticos.

## 7 REFERÊNCIAS

AERTS, W. On the use of accounting logic as an exploratory in narrative accounting disclosures. **Accounting, Organizations and Society**, v.19, n. 4/5, p. 337-53, 1994.

AERTS, W. Inertia in the attributional content of annual accounting narratives. **The European Accounting Review**, v. 10, n. 1, p. 3-32, 2001.

AERTS, W. Picking up the pieces: impression management in the retrospective attributional framing of accounting outcomes. **Accounting, Organizations and Society**, v. 30, p. 493-517, 2005.

BALL, R., FOSTER, G. Corporate financial reporting: a methodological review of empirical research. **Journal of Accounting and Research**, v. 20, p. 161-234, 1982.

BALATA, P., BRETON, G. Narratives vs. numbers in the annual report: are they giving the same message to the investors? **Review of Accounting and Finance**, v. 4, n. 2, p. 5-25, 2005.

BEAVER, W. H. **Financial reporting: an accounting revolution**. 2. ed. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1998.

BUSHMAN, M. R.; SMITH, J. A. Financial accounting information and corporate governance. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 237-333, 2001.

CAHAN, S. F. The effect of antitrust investigations on discretionary accruals: a refined test of the political-cost hypothesis. **The Accounting Review**, v. 67, p. 75-95, 1992.

CUNHA, M. A. F da.; SOUZA, M. M de. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

DYE, R. Disclosure of nonproprietary information. **Journal of Accounting Research**, v. 23, p. 123-145, 1985a.

DYE, R. Strategic accounting choice and the effects of alternative financial reporting requirements. **Journal of Accounting Research**, v. 23, p. 544-574, 1985b.

GIBBINS, M.; RICHARDSON, A.; WATERHOUSE, J. The management of corporate financial disclosure: opportunism, ritualism, policies and processes. **Journal of Accounting Research**, v. 28, n. 1, p. 121-143, 1990.

HALLIDAY, M. A. K. **System and function in language**. London: Oxford University Press, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985a.

HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and written language**. Victoria, Australia: Dealm University Press, 1985b.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context, and text: Aspects of language in a social semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY; M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B.; **Introdução a terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004.

MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D.; (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (Brasil). **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados.** Brasília, 2005.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

RUTHERFORD, B. A. Obfuscation, textual complexity and the role of regulated narrative accounting disclosure in corporate governance. **Journal of Management and Governance**, v. 7, n. 2, p. 187-210, 2003.

SHLEIFER, A.; VISHNY R. W. A survey of corporate governance. **Journal of Finance**, v. 52, p. 737-783, 1997.

SMITH, M. & TAFLE, R. J. The chairman's statement and corporate financial performance, **Accounting & Finance**, v. 32, n. 2, p. 75-90, 1992a.

SYDSERFF, R. & WEETMAN, P. Developments in content analysis; a transitivity index and diction scores. **Accounting, Auditing and Accountability Journal**, v. 15, n. 4, p. 523-45, 2002.

THOMAS, J. Discourse in the marketplace: the making of meaning in annual reports. **The Journal of Business Communication**, v. 34, p.47-66, 1997.

VERRECCHIA, R. Discretionary disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 5, n. 3, p. 179-94, 1983.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Positive accounting theory: a ten year perspective. **The Accounting Review**, v. 65, n. 1, p. 131-56, 1990.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. Towards a positive of the determination of accounting standards. **The Accounting Review**, v. 53, n. 1, p. 112-134, 1978.